



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO I

ANO XVI — N.º 28

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 1961

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DA 2ª LEGISLATURA ORDINÁRIA,  
DA 4ª LEGISLATURA

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIÕES MARCADAS PARA SEXTA-FEIRA,  
DIA 3 DE MARÇO DE 1961

Comissões Permanentes  
I — De Constituição e Justiça — Turma "B", às 15 horas e 30 minutos.  
Comissão Especial  
Do Polígono das Sêcas, às 15 horas.

### PEQUENO EXPEDIENTE

Moriceno Paixão.  
Aroldo Carvalho.  
Adylio Vianna.  
Alencar Araripe.  
Oliveira Franco.  
Fernando Ribeiro.  
Adalberto Valle.  
Rachid Mamed.  
Fernando Ferrari.  
Medeiros Netto.  
Furtado Leite.  
Andrade Lima Filho.  
Milton Reis.  
Edivaldo Flores.  
Theobaldo Neuman.  
Walério Magalhães (1).  
Ulysses de Carvalho (2).  
Castro Costa (3).  
Bezende Monteiro (3).  
Miguel Bahury (3).

### GRANDE EXPEDIENTE

Abelardo Jurema, de acordo com o art. 14, do Regimento.  
Aloysio de Castro, em caráter preferencial.  
José Sarney.  
Oswaldo Zanelo.  
Daniel Dipp.  
Menezes Cortes.  
Jacob Frantz.  
Sérgio Magalhães.  
Elias Adaine.  
Aurélio Vianna.  
Carmelo D'Agostino.  
Elinto Lenus.  
Cunha Bueno.  
Anta Radra.  
Ulysses de Carvalho.  
Jonas Bahiense.  
Waldir Pires.  
Salvador Losacco.  
Oliveira Franco.  
Rubem Nogueira.  
Aloysio Nonô.  
Wilson Calmon.

Chagas Freitas.  
Arno Arnt.  
Bezerra Leite.  
Miguel Bahury.  
Castro Costa.  
Arnando Carneiro.  
Harry Normanton.  
Valério Magalhães.  
Andrade Lima Filho.  
Waldir Simões.  
Hélio Cabal.  
Franco Montoro.  
Benjamin Farah.  
Gurgel do Amaral.  
Uriel Alvim.  
Josué de Castro.  
Bezende Monteiro.  
Aroldo Carvalho.  
Medeiros Netto.  
Oswaldo Lima Filho.  
Adylio Vianna.  
Alencar Araripe.  
Fernando Ferrari.  
Milton Reis.  
José Menck.  
Theobaldo Neuman.  
Senhor Presidente.

Requeiro a V. Exª nos termos do Regimento Interno, seja dada a palavra no Grande Expediente, em caráter preferencial, ao Deputado Sérgio Magalhães, para falar amanhã, dia 3 de março de 1961.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1961. — *Almino Afonso*, Líder do PTB e do Bloco Parlamentar PTB-PR.

Sr. Presidente:

Solicito a palavra no Grande Expediente da sessão de amanhã, na

forma do art. 1º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 2 de março de 1961. — *Abelardo Jurema*.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª nos termos do Regimento Interno seja dada a palavra no Grande Expediente, em caráter preferencial, ao Deputado Waldir Simões, para falar no dia 3 de março de 1961.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1961. — *Almino Afonso*, Líder do PTB e do Bloco Parlamentar PTB-PR.

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Exª seja dada a palavra em caráter preferencial no Grande Expediente do dia 2 do corrente ao Deputado Josué de Castro. Sala das Sessões, em 1-3-61. — *Abelardo Jurema*.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª nos termos do Regimento Interno, seja dada a palavra no Grande Expediente, em caráter preferencial, ao Deputado Souto Mayor, para falar quinta-feira, dia 2 de março de 1961.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1961. — *Almino Afonso*, Líder do PTB e do Bloco Parlamentar PTB-PR.

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Exª seja dada a palavra em caráter preferencial no Grande Expediente ao Deputado Aloy-

sio de Castro na sessão de amanhã, dia 3 do corrente.

Sala das Sessões, 2 de março de 1961. — *Abelardo Jurema*.

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro a V. Exª seja conferida a palavra, em caráter preferencial, ao nobre Deputado José Sarney.

Sala das Sessões 3 de março de 1961. —

Ordem do Dia marcada pelo Sr. Presidente para a Sessão de Sexta-feira, dia 3 de março de 1961

### EM PRIORIDADE Votação

Projetos números:

2.204-60 — 313-C de 1955 — 2.689-61 — 2.654-B de 1957 — 239-B de 1955 — 1.861-B de 1960 — 1.659-B de 1960 — 3.310-A de 1958 — 4.235-A-59 — 969-A de 1959 — 235-B de 1959 — 1.782-A de 1960 — 2.719-A de 1957 — 1.231-A de 1959 — 365-A de 1959 — 1.907-A de 1960 — 3.429-A de 1957 — 2.186-B de 1960 — 792-B de 1959 — 4.708-A de 1959 — 39-A de 1959 — 4.740-A de 1958 — 2.586 de 1961 — 2.929-A de 1957 — 281-A de 1959 — 1.919-B de 1960 — 93-A de 1959 — 4.801-B de 1959 — 4.832-B-59 — 4.210-C-53.

### Discussão

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14.460

Projetos números:

1.752-A de 1960 — 917-A de 1959 — 2.634 de 1961 — 250-A de 1952 — 4.491-A-60 — 2.655 de 1961.

### Em Tramitação Ordinária

Projetos números:

4.023-A de 1958 — 3.600-A de 1959 — 4.024-A de 1958 — 943-A de 1959 — 2.233-A de 1957 — 1.770-A de 1960 — 1.193-A de 1959 — 966-A de 1959 — 2.729-A de 1957 — 3.948-A de 1958 — 2.771-A de 1957 — 4.781-A de 1958 — 247-A de 1959.

## SUMÁRIO

- 1 — MESA
- 2 — LÍDERES E VICE-LÍDERES.
- 3 — COMISSÕES PERMANENTES.
- 4 — COMISSÕES ESPECIAIS.
- 5 — COMISSÕES DE INQUÉRITO.
- 6 — ATAS DA MESA
- 7 — ATAS DAS COMISSÕES.
- 8 — 3ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 2ª DE MARÇO DE 1961 (2ª CONVOC.ÇÃO EXTRAORDINÁRIA).

- I — Abertura da sessão.
- II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.
- III — Leitura do expediente.

### Carta:

Do Sr. Deputado Edilberto R. Castro, comunicando que por motivos particulares se ausentou do País, durante 60 a 90 dias.

Do Sr. Deputado Celso Brant, comunicando, que se ausentará do País a partir do dia 3 do corrente.

Ambio internacional, da nova e impetuosa politica do aldeão de Brasília. (Muito bem).

O SR. COSTA LIMA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Sr. Jânio Quadros, na sua campanha presidencial, assumiu compromissos com o Nordeste. Dentre os direitos que tem aquela região de receber tratamento igual ao da região Centro-Sul está o das populações do baixo Jaguaribe, direito objetivo que resulta da lei sancionada em dezembro passado, no sentido da abertura de um crédito de 204 milhões de cruzeiros para indenizações às vítimas da catástrofe de Orós. Essas indenizações foram verificadas pela SUDENE, cujo Superintendente acaba de ser reconduzido ao cargo.

O Nordeste vê esse fato sob os melhores auspícios, porque não haverá assim descontinuidade das medidas governamentais para levar aquela região o desenvolvimento de que carece.

Os habitantes do Vale do Jaguaribe reclamam agora do Sr. Presidente da República o cumprimento de suas promessas, com a determinação do pagamento, sem mais delongas, daquilo que o Governo da União já reconheceu um direito dessas populações. Não se compreende que elas proporcionem à União Federal um facilitário, já que o Superintendente da SUDENE está pagando, com os próprios recursos, numa antecipação desse crédito de 204 milhões, apenas 50%. Ora, é ridículo chamar aqueles habitantes das suas roças à capital ou à sede dos Municípios, a fim de receber, muitas vezes, importâncias ínfimas.

Não serão mais 100 milhões de cruzeiros, despendidos pela União no atendimento daquelas reivindicações e direitos, que irão prejudicar a obra de recuperação econômica que o Presidente da República está disposto a empreender e que todos nós apelamos. (Muito bem).

O SR. MARTINS RODRIGUES:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, logo que assumiu a Presidência da República, o Sr. Jânio Quadros determinou providências ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas no sentido de tornar efetiva, no prazo de 90 dias assinado por S. Exa., a transferência para Fortaleza da sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Posteriormente, o novo Diretor daquele Departamento, o ilustre Coronel Afonso de Albuquerque Lima, ao assumir o posto para o qual foi honrado com o convite do Chefe da Nação, declarou que iria anunciar as medidas necessárias para tornar realidade a transferência prometida pelo Sr. Presidente da República.

A sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas já esteve em Fortaleza, ao tempo do primeiro Governo Getúlio Vargas, quando Ministro da Viação o eminente brasileiro Dr. José Américo de Almeida. Foi, depois, transferida para a Capital da República, em virtude de um diploma legal promulgado pelo Presidente José Linhares, o Decreto-lei 8.436, de 21 de dezembro de 1945. Mais tarde, outro Decreto-lei, portanto diploma legal da mesma categoria, desta vez baixado pelo Presidente Eurico Dutra, confirmou a mesma determinação.

Destarte, é evidente que não se pode dar, por simples ato administrativo, a transferência da sede do DNOCS do Rio de Janeiro para Fortaleza. Essa transferência representa, efetivamente, uma aspiração dos nordestinos, na justa suposição de que, estando a sede do Departamento no centro da região, tornar-se-á mais efetiva a realização dos trabalhos contra os efeitos da seca. Para que isto se realize, entretanto, é mister modificar-se a legislação em vigor. Neste sentido estou encaminhando à Mesa Diretora da lei que determina a trans-

ferência do DNOCS para a cidade de Fortaleza e adota medidas suplementares. Entre estas, quero citar: 1º — manutenção de simples seção do Departamento na Capital da República, para encaminhamento dos processos e atos que dependam de assinatura do Chefe da Nação, do Sr. Ministro e do encaminhamento de processos ao Tribunal de Contas; 2º — aproveitamento da dotação de 33 milhões, que figura no Orçamento em vigor, para construção da sede do Departamento, na cidade de Fortaleza. (Muito bem).

I V— O SR. PRESIDENTE:

Passa-se a primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Josué de Castro, em caráter preferencial.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, todos aqueles que se interessam realmente pelo futuro do Brasil e desejam ver o País emancipado de qualquer dependência econômica e de qualquer interferência nos seus destinos, não poderão alhear-se dos aspectos que dizem respeito à nossa política exterior, da qual tanto dependem esses destinos.

Como sabemos, nenhum país, no momento atual, tem a pretensão ou a possibilidade de promover o seu desenvolvimento econômico, mesmo quando tenha alcançado os mais altos estágios, num sentido de independência e de isolamento da economia mundial. Todas as nações, para sobreviverem, devem integrar a sua economia e, portanto, voltar os seus interesses e organizá-los a sua política exterior no sentido da sua realidade social e na defesa desses mesmos interesses.

De maneira que não é possível alhear-se a esse aspecto da política exterior. Cada país tem a medida de sua maturidade através da interferência e da ação positiva que executa e desempenha no consenso das nações, nos grandes organismos internacionais onde se debatem os magnos problemas da hora presente.

Ora, o Brasil, vivendo uma hora difícil, uma hora crítica, com uma crise de transformação que aqui se processa, onde ele procura emancipar-se da sua estrutura de dualidade econômico-social, de um dualismo estranho e violentamente contrastante, progressista e de primeiro plano, sob certos aspectos de sua indústria em expansão, associados ao retardado, ao arcaico, ao feudalismo da sua estrutura, das mais atrasadas e das menos rendosas do mundo, procurou sair desse construído estado de coisas que é a característica do subdesenvolvimento. Não pôde fazê-lo, no entanto, se se alhear aos aspectos da política externa, embora se empenhe, de maneira denodada, em produzir e trabalhar para, através deste esforço, se emancipar.

Não adianta produzir muito, pois sabemos muito bem que a economia de um país como o nosso não depende apenas do volume da produção. Podemos produzir mais e ganhar menos. O rendimento real, principalmente aquele que interessa a um país subdesenvolvido, que é a parcela da exportação dos produtos com os quais se podem adquirir as divisas necessárias para se equiparar e se emancipar, produtos básicos e matérias-primas que o Brasil angustiosamente faz sair do seu solo através da agricultura e da mineração, vem sendo desvalorizado progressivamente. De forma que, quanto mais produzimos, menos ganhamos. Isso não é uma frase, mas uma realidade que as estatísticas demonstram. Estamos sendo espezinhados e explorados internacionalmente. Quem vê as estatísticas pode comprovar muito bem o assunto, pela observação dos seguintes dados: Em 1959, o Brasil exportou do seu

produto essencial de exportação, que é o café, 2 milhões a mais de sacas do que em 1949, ou seja dez anos antes. Pois bem! Tendo aumentado o volume bruto de sua exportação em dois milhões de sacas, o Brasil recebeu pelo total dessa exportação, em 1959, cem milhões de dólares menos do que dez anos antes. Isto é, quanto mais produzimos, menos recebemos, com a agravante ainda de que o dólar de 1959 não tem o mesmo valor aquisitivo do de 1950. Não poderemos adquirir com esse volume de dólar, mesmo autêntico, senão parcela do que era possível adquirir antes. Assim, cada vez mais autenticamente nós nos descapitalizamos no sentido de que não temos bens materiais adquiridos através daquilo que devia ser a única maneira justa de proporcionar a nossa emancipação, que é a nossa balança de pagamentos.

Ora, Sr. Presidente, puz a matéria em equação para tratar de assunto que me trouxe à tribuna, assunto de política exterior, mas de cuja solução dependem enormemente altos interesses da política interna do nosso país, efiro-me a uma missão que está para vir — veio uma antemissão — fazer sondagens no Brasil sobre as possibilidades da que será mandada por todo o mês de março pelo Sr. Kennedy, missão denominada "Alimentos para a Paz". Tem características, expressivamente simbólicas daquilo que chamamos o neocolonialismo norte-americano.

Fala-se, por toda parte, que o colonialismo agoniza. Não é verdade. Está em decadência, mas longe ainda dessa fase tão decepada por um e por outros de agonia colonial. Desdobra-se, realmente em decadência, e para comprová-lo basta dizer que 41 países, colônias até a última guerra mundial, conseguiram, nestas últimas anos, a sua emancipação e a sua carta de independência política. Ditoentes e trinta milhões de indivíduos que eram colonos no sentido mais utópico, sem cidadania, e sem liberdade nenhuma, sendo de servir à metrópole, hoje, gozam de independência, embora seja esta, na maior parte das vezes, fictícia. Ai está porque o colonialismo não se encontra ainda agonizante. A independência concedida não corresponde realmente à independência integral, porque a política, mas não é econômica. As grandes potências colonialistas não abriram mão de continuar explorando, agora de maneira indireta, as suas antigas colônias. Temos, hoje, o que o Padre Lebrer chama o colonialismo maquiavelado, o colonialismo transformado, o colonialismo disfarcado, o neocolonialismo, o colonialismo que acaba com o que se chama o poderio das grandes potências, mas cria o satelismo, os satélites econômicos, os países de economia dependentes, forçados a girar em torno das grandes planícies econômicas que dirigem o mundo.

Vivemos, portanto, esta fase do neocolonialismo, do colonialismo tentando sobreviver, e uma dessas demonstrações lamentavelmente é a que acaba de nos dar a política norte-americana. Têmamos grandes esperanças de que os Estados Unidos mudassem a sua política; primeiro, porque esse país sempre afirmou que é contra o colonialismo, defende a emancipação econômica dos povos contra o imperialismo; segundo, é pela liberdade dos países da Europa subdesenvolvidos; terceiro, porque, diante da mudança que se passa no mundo, do despertar de consciência dos chamados povos subdesenvolvidos, revelados em fatos que demonstraram a perda de prestígio daquela nação nos últimos anos, como se a recepção bem pouco cordial que recebeu na América Latina o Vice-Presidente norte-americano em visita à América Latina, essa política levanta uma questão de honra. Cumpre destacar também a noção importante de uma nova república tomada pelo Brasil, quando formulada a quantidade com a posse lançou a chamada operação pan-americana, que seria a revitalização da orientação da política externa do Sr.

antiga doutrina pan-americana internacionalmente esvaziada de conteúdo, superada pela realidade dos fatos e que representava apenas um paternalismo de uma grande potência que, no século passado, se ofereceu, embora para não cumprir, para defender as fronteiras da América Latina contra qualquer perigo de agressão estrangeira, e que se ofereceu, mais, para não permitir que na América Latina perdissem as colônias. No entanto, até hoje, elas aqui se encontram no nosso continente. Esse pan-americano esvaziado seria revitalizado pela doutrina pan-americana que o Presidente Kubijschek lançou para análise das Nações Unidas.

Infelizmente, apesar dessa consciência de que era preciso reformular a sua política, tanto assim que o Senador norte-americano, através de sua Comissão de Relações Exteriores, reuniu, julgou necessário e urgente reverter as relações dos Estados Unidos com os países da América Latina, criando uma subcomissão especial, denominada Subcomissão de Negócios da República Americana, presidida pelo Senador Morse, apesar de tudo isso, das promessas surgidas com a candidatura Kennedy, apesar das esperanças se acenderem, nas expressões de seu discurso, vemos que os Estados Unidos continuam na mesma linha de não permitir que a América Latina se emancipe. Não querem ajudar os países deste continente a promover o seu autêntico desenvolvimento no interesse dos seus povos.

O Presidente Kennedy, ao tomar posse, pronunciou discurso do qual destaquei esta frase significativa e aversiva: "As repúblicas irmãs, ao sul de nossas fronteiras, fazemos promessas capital de transformar essas boas palavras em atos bons, em nova aliança para o progresso e ajudar os homens de governo livres a se libertarem das cadeias da miséria." E disse mais que "juntos nos vamos bater para, como uma aspiração das palavras de Isaías, desfazer pesados fardos da opressão, deixando livres os oprimidos".

Nesse sentido, esperávamos que, chegando ao poder, o Sr. Kennedy enviasse aos países da América Latina, algo muito ao Brasil, uma missão que trouxesse alguma coisa de objetivo e de concreto dentro das linhas de ajuda autêntica desta cooperação, para o desenvolvimento econômico e a emancipação dos países deste continente. Ora, o que primeiro veio, o que já está vindo e visitando os países americanos, em nome do Presidente Kennedy, é esta missão chamada de "Alimentos para a Paz". missão que traz em seu título alvo de sedutor. Por que alimentos a uma área de fome, como é a América Latina, fazer com que se emancipe de sua miséria e de sua fome, em nome da paz, que é a aspiração de todos os povos do mundo, nesta hora de tão trágica ameaça à humanidade, é alguma coisa que acende as mais calorosas esperanças.

Infelizmente, o que se chama a missão "Alimentos para a Paz" está bem longe de justificar essas esperanças e de acender o entusiasmo daqueles que ainda acreditam que o imperialismo tem corado, tem humanidade e sentimentos de ajuda aos que são, no mundo, seus dependentes, no grande quadro da cooperação internacional.

O Sr. Celso de Castro — Nobre Deputado, a este respeito pareceriam dizer que a atitude do governo da Argentina foi muito mais coerente que a do governo brasileiro, porque, em se aproximando dentro de uma linha de independência e dignidade, e demonstrando a perda de prestígio daquela nação nos últimos anos, como se a recepção bem pouco cordial que recebeu na América Latina o Vice-Presidente norte-americano em visita à América Latina, essa política levanta uma questão de honra. Cumpre destacar também a noção importante de uma nova república tomada pelo Brasil, quando formulada a quantidade com a posse lançou a chamada operação pan-americana, que seria a revitalização da orientação da política externa do Sr.

Jáno Quadros está inteiramente em desacordo com os nossos interesses não tomando uma posição firme de negativa a essa missão.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço o aparte elucidativo do illustre colega, Chagareti a este ponto. Pretendo, mesmo, analisar a significação da atitude do governo argentino, quando rejeitou, de maneira categórica, os oferecimentos de caridade paternalística dos Estados Unidos para ajudar os povos famintos a maior provisoriedade e temporariamente a sua fome.

Quando à observação de V. Exa. de que há contradição na atitude do Governo brasileiro, haverá, não há dúvida, se aceitar o oferecimento desta Missão. Tenho, porém, a esperança — e é isto que me faz vir a esta tribuna — de que o Governo brasileiro, quando conhecer, em sua essência, os reais objetivos desta Missão e os malefícios que acarretarão, se aceite esse oferecimento, de que repelirá tal ajuda, que o Parlamento deve repelir e protestar contra a sua aceitação que é nociva e humilhante para a dignidade e independência de nosso País. (Muito bem).

A Missão, dizia eu, não é mais do que uma missão de negócios, uma missão para vender parte dos estoques e gigantescos excedentes de que os Estados Unidos da América dispõem no seu setor agrícola. Sabemos que esses excedentes são tão extraordinários em volume e têm criação para os Estados Unidos tais problemas, que só em seu armazenamento aquela Nação gasta mais do que em todos os seus programas de assistência técnica e financeira através dos contratos bilaterais e através das Nações Unidas, no mundo inteiro. Para os Estados Unidos, os excedentes constituem um dos mais graves problemas pela contradição do seu capitalismo imperialista. Eles não sabem o que fazer com esses excedentes e vêm, então, procurar ajuda e assistência nos países subdesenvolvidos do mundo, para que a nação norte-americana saia de sua crise. A Missão é feita muito mais no interesse norte-americano do que no interesse dos países da América Latina. Tente assim que essa Missão tem como base o fornecimento desses excedentes a longo prazo, com pagamento em moeda de cada país, de acordo com o que preceitua a Lei 480, aprovada pelo Congresso americano. Esta lei foi feita para quê? Para ajudar autenticamente os países americanos? Não! A lei diz, textualmente, no seu preâmbulo, o seguinte: "Trata-se de uma lei para aumentar o consumo dos produtos agrícolas norte-americanos, nos países estrangeiros, para melhorar as relações exteriores dos Estados Unidos e para outros fins". De maneira que, meus caros colegas, a Missão que vem vender esses excedentes ao Brasil, por isso, na aparência, ser benéfico. Não nego. Não tenho nenhuma arrogância em dizer aos americanos que não temos fome. Não é verdade! Temos. Fui eu mesmo quem denunciou, há 15 anos, o estado de fome crônica endêmica ou de crises esporádicas de fome que este País sofre. Denunciei que havia fome no Brasil e fui combatido por alguns falsos patriotas, que diziam que se devia culpar essa miséria. Eu a denunciei para que os brasileiros trabalhassem e os governos nacionais tivessem vergonha e acabassem com a fome no Brasil. Não para que esses governos fizessem o País sofrer o vexame de matar essa fome com a caridade estrangeira. Este sentido é que precisamos reconhecer.

O Sr. Salvador Losacco — Permite-me um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Um momento. Terminado meu raciocínio, atendê-lo-ei, com satisfação.

Temos fome, precisamos alimentar melhor nossas populações. A fome é um dos fatores que mais atrapalham nosso desenvolvimento. E agora, no mesmo tempo, como causa e efeito, dentro daquilo que Gunard, grande economista sueco, chama o círculo vicioso acumulativo: quanto mais fome temos, menos produzimos, e quanto menos produzimos, mais fome temos. Evidentemente, precisamos lutar contra este estado de coisas.

Todavia, devemos analisar se essa missão, chamada Alimentos para a Paz, é realmente capaz de retirar do estado de fome os dois terços de brasileiros até hoje nela atolados. Temos de analisar primeiro se essa missão tem o objetivo de libertar-nos dos grilhões da fome, permitir o aumento de nossa produtividade, de nossa industrialização, enfim, de permitir a nossa emancipação total.

E' o que desejo fazer, desta tribuna. Quero demonstrar que, longe de melhorar a situação real do Brasil, longe de propiciar aceleração ao nosso desenvolvimento econômico, essa missão vem perturbar o progresso nacional. Se aceita, a proposta norte-americana contribuirá para retardar ainda mais o conceito desenvolvimento econômico nacional.

O Sr. Salvador Losacco — Falou V. Exa. em caridade. Não vejo qualquer boa vontade do Governo dos Estados Unidos, nessa missão de Alimentos para a Paz da maneira como vem colocar os excedentes agrícolas americanos em nosso País. Sabemos que o preço para as mercadorias que deverão aqui chegar foi estabelecido em cruzeiros, e o pagamento deverá ser realizado dentro de 40 anos. Mas V. Exa. — e quero pedir sua atenção para este detalhe — há de compreender que tal preço em cruzeiros é apenas disfarce da manobra que se esconde por trás dessa Missão de Alimentos para a Paz, porque, contabilizada em cruzeiros, com a correspondência em dólares, dentro desses 40 anos, como vem ocorrendo a depreciação de nossa moeda no mercado internacional, iremos pagar esse equivalente em dólares muitas vezes multiplicado! O preço do cruzeiro não é fixo. Estabelecida a correspondência em dólares, ficaremos devendo um montante em dólares, efetivamente. A remessa de alimentos é feita pelo preço em dólares. E isto não passa, como muito bem disse V. Exa. de uma ajuda do País aos Estados Unidos da América em crise com aqueles excedentes volumosos ali estocados.

O SR. JOSÉ DE CASTRO — Agradeço a V. Exa. Vou entrar exatamente na análise dos diferentes mecanismos através dos quais a interferência deste plano de "Alimentos para a Paz" traz muito mais malefícios do que vantagens à economia brasileira. Se não vejamos: primeiro, introduzir na economia do Brasil alguns milhares ou alguns milhões de toneladas de produtos agrícolas dos vários excedentes norte-americanos, vamos necessariamente desequilibrar a situação da agricultura brasileira. Isso porque sabemos que os preços desses produtos nos mercados estão regulados pela sua relativa abundância. Se inundarmos a economia brasileira, o mercado brasileiro, com os excedentes americanos, sejam quais forem as condições em que eles aqui penetrem, deixando de lado a parte de custo para analisar depois — esses produtos irão desequilibrar o nosso mercado e desestimular a nossa agricultura já tão desestimulada, já tão abandonada, já tão relegada a segundo plano, sem ter nenhum prioridade, nem para os investimentos, nem para os benefícios que usualmente o Governo dá a outros setores de nossa economia.

Num País como o nosso, que sofre, antes de tudo, de fome — porque se tem desenvolvido de maneira aleja-

da, tem expandido a sua indústria sem a paralela expansão da agricultura, tem promovido ajuda à indústria sem tocar, nem de leve, nas arcaicas estruturas agrárias, inoperantes e já hoje superadas pela realidade nacional do latifúndio e do minifúndio improditivos — num País onde produtividade é das baixas do mundo — e aqui tenho os números, que não cito porque o tempo não me permite exibir estatísticas, mas de baixa produtividade, em que as matérias-primas e os alimentos custam o dobro do que em qualquer outro país agrícola do mundo — num País como este, abandonar a sua agricultura à sanha dos apetites e dos interesses expansionistas da economia americana de querer vender mais os seus produtos, é deixar, então, o Brasil suicidar-se; é cometer-se um crime contra o Brasil!

E' verdade que, através de uma dissimulação, o plano "Alimentos para a Paz" diz que esses alimentos serão usados em programas assistenciais. Ora, sabemos que, nos países miseráveis como o nosso, dois terços vivem da assistência pública, direta ou indireta. Regiões inteiras, como o Nordeste, são mantidas assistencialmente. De sorte que, através dos canais da assistência a grupos, irá a assistência ao País inteiro e, portanto, haverá interferência no mercado. Tal auxílio representa, assim, fator negativo que devemos evitar.

Temos o problema gravíssimo do trigo nacional. Sabemos que a economia do Rio Grande está periclitante pela crise do trigo. A produção desse Estado, depois de ter alcançado 1.300.000 toneladas há alguns anos, caiu e hoje não chega à metade. Ora, abandonar esta região, inundando o País de trigo importado, através da Lei 480, do plano "Alimentos para a Paz" ao Brasil, é fazer regressar à estaca zero a tricultura nacional, essencial à nossa economia, e deixá-la na dependência dos trustes internacionais do trigo pelo resto da nossa vida.

O Sr. Jacob Frantz — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Com prazer.

O Sr. Jacob Frantz — Quando V. Exa. dá tanto relevo ao problema do trigo, não resisto, nobre Deputado, ao desejo de lamentar que esta Casa tenha deixado passar em branco, pode-se dizer, a apreciação do chamado Tratado de Montevideú, que colocou muito mais em perigo essa produção do Brasil do que talvez as importações dos Estados Unidos. Esse Tratado será possivelmente a sepultura do desenvolvimento da cultura de trigo no Brasil.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Tem V. Exa. toda razão. Acumulam-se os atos contra o Brasil. Constituem o que se chama política de tipo antinacionalista, que parecia fraco, porque todos dizem que são a favor do desenvolvimento, e perguntam por que nós, nacionalistas, queremos ter o privilégio? E' verdade. Todos são a favor, mas há um grupo que chama de desenvolvimento a melhoria das condições de vida de toda a coletividade, a distribuição dos benefícios para toda a população; e há outro grupo, o antinacionalista, representado apenas pelos pequenos "cliques", que, associados aos trustes internacionais, desejam o desenvolvimento para a minoria enriquecer, aquele pequeno grupo que participa das vantagens da exploração de tipo colonial.

E' contra este que nos batemos. A ajuda que os Estados Unidos nos querem dar é tipicamente colonial. Do colonialismo faz parte o paternalismo, a caridade, o auxílio ao pró-

prio, a ajuda ao teu irmão. O que os Estados Unidos pretendem dar-nos é um pouco de emergência, uma panacéia transitória, não um plano fundamental a longo prazo, mas, apenas, uma solução para desfogar os seus excedentes, a fim de terem espaço vazio em seus armazéns, e, então, aliviar a fome de alguns indivíduos, para que sobrevivam. Uma ajuda que não dá nem para viver, nem para morrer; somente para vegetar, para continuar na subserviência, na dependência e na servidão. Daí a necessidade de reagirmos contra essas manobras.

Mas, dizia eu, além dessa humilhação e dessa degradação a que o Brasil se submete, quando, no Continente, outros países de envergadura, como o México e a Argentina, reagiram é alguma coisa que deve chocar a consciência nacional, principalmente desta Casa onde estão reunidos os representantes do povo, de um povo humilhado, vilipendiado através de manobras que ofendem sua consciência.

A verdade, dizia eu, é que, basta ver as razões pelas quais a Argentina recusou, para não se dizer que estou fazendo aqui demagogia ou exploração de ordem política, contra ou a favor de atitudes do Governo; estou analisando o problema objetivamente, na defesa do interesse nacional. O Governo argentino recusou o plano, depois de agradecer um tanto irônicamente:

As autoridades agradeceram a significação altamente amistosa do Governo dos Estados Unidos, mas, em relação a este programa "Alimentos para a Paz" assinalam os efeitos negativos que vêm atuando nos últimos anos no Mercado Internacional como resultado da acumulação dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e sua inevitável gravitação desfavorável sobre o comércio internacional. Destacaram que tais circunstâncias somadas às políticas agrícolas de caráter restritivo e protecionista dos países da Europa Ocidental determinaram uma deteriorização persistente dos preços e dos produtos agrícolas de exportação" — a que já fiz alusão no campo deste discurso — "a contração da demanda internacional e o conseqüente desalento da produção agrícola nos exportadores tradicionais, como é o caso da Argentina. Expressaram, ademais, que sem prejuízo de reconhecer os objetivos humanitários e alguns dos possíveis efeitos favoráveis da distribuição de excedentes aos países subalimentados, esse tipo de programa só constituirá um paliativo limitado, tanto no que respeita ao problema da alimentação insuficiente dos países atrasados, como à solução do próprio problema dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos".

E, diante disso, rejeita a proposta.

O Sr. Mario Martins — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Concederei o aparte a V. Exa. dentro de poucos instantes.

O governo do México rejeita a mesma proposta, com as seguintes palavras, através de seu Ministro da Agricultura, Sr. Julien Rodriguez Adams:

"O que necessitamos são bons preços para nossos produtos de exportação, e não excedentes americanos para matar a fome.

O México não necessita ser incluído no programa "Alimentos para a Paz" do Presidente norte-americano John Kennedy".

Essa a atitude de países que se prezam, que têm dignidade e consciência da hora que vivemos.

Não se justifica mais esse paternalismo continental, essa defesa do continente no interesse unilateral dos Estados Unidos. E se querem o nosso respeito, à sua política, que respeitem a nossa economia. Respeitar a nossa economia não é vir aqui barganhar com a nossa fome.

Tem o aparte o nobre Deputado Mário Martins.

O Sr. Mário Martins — Sr. Deputado, acredito que possa falar nessa matéria com alguma autoridade, porque quero acreditar que, se não o único, fui dos poucos nesta Casa que, certa feita, quando ainda no Rio de Janeiro, censurava o governo pela circunstância de estar estabelecendo contratos, na base do pagamento em 40 anos, para importação dos excedentes de milho norte-americano, precisamente por ocasião da safra do milho do Nordeste. Estou, pois, muito a vontade para neste momento divergir de V. Ex.<sup>a</sup>, marginalmente, relativamente às razões que teriam levado a Argentina a tomar essa atitude. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a produção norte-americana é concorrente da Argentina. É claro que, se houver um desenvolvimento desse programa norte-americano de ceder seus excedentes de trigo, milho, centeio e aveia, que são também produtos que formam a base da agricultura argentina, este país sul-americano sentirá uma concorrência comercial. Assim, sem querer criticar o governo argentino pela atitude de legítima defesa da sua produção, não aceito com muita naturalidade que a Argentina tenha tomado essa atitude visando à luta contra o paternalismo. Ela está numa batalha comercial e se julga prejudicada, porque, se vamos nós e outros países comprar excedentes de trigo, milho e outros cereais, na base de pagamento em moeda nacional, por 40 anos, é claro que vai perder estes mercados. Era o aparte que queria dar em face do elogio que V. Ex.<sup>a</sup> fez ao governo argentino, considerando-o mais vigilante do que as autoridades brasileiras.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço o aparte altamente elucidativo, do qual me sirvo como talvez o meu mais forte argumento. Diz V. Ex.<sup>a</sup> que a Argentina o que fez foi defender seus interesses nacionais. Foi. É isso que devemos fazer. A Argentina é concorrente em matéria de trigo. Temos outras razões que apresentarei a seguir para mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Brasil deve estar alerta, para não passar à História por ter um Frondizi mais Frondizi do que o Frondizi argentino.

É nesse sentido que mostro a V. Ex.<sup>a</sup> outro argumento, o de razão financeira. A operação "Alimentos para a Paz" se deve fazer aparentemente em cruzeiros, com o pagamento em 40 anos. Pergunto: é autenticamente em cruzeiros? Disse muito bem o nobre Deputado Salvador Losacco, que só na aparência é em cruzeiros. É escriturado em cruzeiros, mas é claro que os Estados Unidos não se vão ressarcir de uma dívida monumental, em 40 anos, em cruzeiros. Eles se ressarcem, parte em cruzeiros, mas o resgate do grosso é em dólares, direta ou indiretamente. Como indiretamente? Parte desse dinheiro, correspondente à compra dos alimentos, será no Brasil mantida para financiar indústrias norte-americanas. Atendem bem os colegas.

O Sr. Jacob Franz — E pagar as despesas norte-americanas aqui com embalagens e tudo mais.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Com essa compra, o Brasil instala indústrias, concorrentes às nacionais, que vão remover seus lucros para os Estados Unidos, em dólares. Em 40 anos, quantos milhões de dólares irão para os Estados Unidos, desfalcando o nosso teor de divisas, através dessa manobra "Alimentos para a Paz"?

Aí está o outro argumento claro, Mido, cristalino, de que não nos pode interessar essa operação.

O SR. PRESIDENTE:

(Sérgio Magalhães, 1º Vice) — Devo lembrar ao nobre orador que dispõe de apenas 5 minutos para terminar. Há outros oradores inscritos.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Vou terminar, Sr. Presidente.

Há ainda um perigo enorme: é que esses excedentes são transitórios. Os Estados Unidos estimulam o consumo de certos alimentos no mundo, como o faz no Brasil depois que seus excedentes acabam, ficamos nós sem ter para quem apelar e passamos a ter as crises de formação de hábitos, sem meios de satisfazê-los. Isso não é apenas hipótese, já se passou e dou o meu testemunho de Delegado do Brasil na FAO. Há dois anos, em novembro de 1952, lutei denodadamente, porque os Estados Unidos queriam suspender os planos de alimentação das crianças, com leite em pó, por estarem prestes a se extinguirem seus excedentes. Foi preciso uma luta litânica dos países subdesenvolvidos para que prorrogasse, por alguns meses, o plano. Graças à boa vontade, no caso, do Governo do Canadá, não foram suspensos os programas de alimentação, de merenda escolar, alimentação infantil, com excedente de leite em pó. Ai está outro perigo desses planos de alimentos para a Paz, que são paliativos, e não planos de solução integral.

Teria ainda muitos argumentos a apresentar, mas o tempo me impõe terminar, e desejo apenas dizer que, evidentemente, nesta forma concebida ou com tal limitação, como negócio, e negócio de grandes vantagens para os Estados Unidos, o Brasil não deve e não pode aceitar esse projeto. Poderíamos aceitá-lo, noutros termos. Não sou daqueles que acham que não devemos aceitar a colaboração dos Estados Unidos ou de qualquer país do mundo que deseje cooperar autenticamente para o nosso desenvolvimento. Há duas hipóteses: a primeira, seria a de que os Estados Unidos doassem ou pusessem seus excedentes alimentares à disposição da ONU e, através das Nações Unidas, se fizessem planos de emancipação desses países, funcionando os excedentes alimentares como verdadeiros capitais de investimento. Isso seria possível, isso seria honroso, significativo, seria verdadeira e autêntica cooperação. Mas isso os Estados Unidos não querem fazer.

Aproveito esta oportunidade para revelar aos colegas desta Casa a entrevista que tive, há cinco anos com o então Presidente da República dos Estados Unidos, Sr. Truman, em torno do problema da criação de uma reserva internacional de alimentos, com os excedentes norte-americanos de outros países do mundo. Eu ocupava, no momento, o cargo de Presidente da FAO e fui especialmente aos Estados Unidos tratar desse problema. O Presidente Truman, tendo como testemunha seu Ministro da Agricultura, Sr. Charles Brown, respondeu-me o seguinte: "Não posso concordar com o senhor. Os Estados Unidos não podem abrir mão de seus excedentes de alimentos para as Nações Unidas, porque os Estados Unidos devem manipular seus alimentos politicamente". Confessava o Presidente norte-americano que seu país desejava barganhar com a fome dos povos famintos do mundo. É a tração de barganha — manipular politicamente, dar alimento em troca do apoio e ajuda a projetos e atitudes inconcessáveis. Longe de ser esse um plano de alimento para a paz, é um plano para captar alianças para a formação de guerras. É alimento para a guerra e não para a paz.

A segunda hipótese seria a de os Estados Unidos colaborarem conosco

na verdadeira expansão da economia nacional. Não vemos interesse nos investimentos privados e principalmente públicos aos planos de expansão de nossa agricultura, que não têm abraído, até hoje, o capital norte-americano. Que nos ajudassem na mecanização de nossa lavoura, na diversificação de nossos produtos e, principalmente, no respeito aos preços de nosso produto de base, que não fizesse desses produtos uma espécie de tamponamento progressivo de nossa economia, esmagando o Brasil — com sua economia do café, como esmagou Cuba — com sua economia do açúcar, como esmagou a América Latina — com a economia da banana. Senhor Presidente, alinhado para a paz sob a forma de excedentes, para matar temporariamente a fome — nunca, programa de desenvolvimento para a paz — isto, sim.

O apelo final que faço ao Senhor Presidente da República, a quem sempre decidi esta questão, é no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> não venda a fome dos brasileiros, porque os brasileiros preferem passar fome a ser escravos, os brasileiros têm em sua mentalidade, em sua formação cívica, em sua rebeldia natural, a consciência da quele espanhol da história que conta Salvador de Mariaga — de um homem pobre, miserável, faminto, que permanecia na fila para votar, mas não votava na falange, na ditadura, no facismo, porque tinha consciência de sua dignidade. Mas era tentado a vender sua fome. O esbirro do Governo facista o seduzia, oferecendo, na palma da mão, 10 pesetas, e ele não respondia; 20 pesetas, 50 pesetas, e fim, 100 pesetas. Neste momento, achou a ofensa desmedida e quando o esbirro perguntou porque não votava com o Governo, respondeu: "Porque na minha fome quem manda sou eu!"

O Brasil quer continuar a mandar na sua miséria, na sua fome e no seu subdesenvolvimento. É capaz de, com sua economia, com sua poupança, com seu esforço e trabalho, tornar-se independente da falsa caridade das grandes potências colonialistas, imperialistas e exploradoras da fome do mundo. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

Durante o discurso do Sr. José de Castro o Sr. Sérgio Magalhães, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Souto Maior, em caráter preferencial.

O SR. SOUTO MAIOR:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o discurso que vou proferir visa criticar os desmandos administrativos da Campanha Nacional da Merenda Escolar. Não é a primeira vez que levanto minha voz para combater tais desmandos, principalmente na Comissão de Orçamento, onde sempre procurei fiscalizar as dotações globais que vinham no bojo da proposta orçamentária, no sentido de dar um cunho de honestidade à aplicação daquelas verbas.

Sr. Presidente, a expectativa que as sucessivas comissões de inquérito, de sindicância ou de correção administrativa têm criado, renova-se a cada dia no espírito dos que assistiram a estranha ascensão de alguns profissionais da administração pública que até agora, inapuntemente, desfrutaram da falta de vigilância com que se conduzem neste país os negócios públicos. Refirimo-nos, genericamente, ao "profiteum" da manipulação de verbas e interesses que prolifera nas órbitas restritas dos gabinetes solegando com as armas da desfaçatez, a boa fé dos homens que decidem os rumos e os destinos das administrações. É o homem-tipo de todos os governos. É a personificação da solécia que ne-

nhuma medida destrói porque fenece hoje, para renascer amanhã, aduzido e fortalecido nos interesses e dependências que sabem criar. Esse "abominável homem das verbas" existiu sempre. Mantê-lo nos governos anteriores, como hoje procura equilibrar-se por entre as ameaças de devassas e inquéritos que só efêmeramente parecem folhar a desenvoltura com que assaíham a carterza da impunidade que compram e mercam, deixam como meio de vida. Um dos mais expressivos exemplares dessa fauna ao mesmo tempo pitoresca e danosa, domina hoje um dos setores de maior importância no campo da educação e da assistência: a Campanha Nacional de Merenda Escolar. Trata-se de seu superintendente e Tenente-Coronel do Quadro do Ministério Militar, Médico, Nutrólogo, Técnico, Especialista, Planejador e o que mais lhe mesmo se intitula, Walter Joaquim dos Santos.

Pródigo de títulos e de condecorações que um diário carioca conseguiu captular em 23 de diferentes tipos e procedências, transformou-se em pouco mais de 4 anos, de simples e acreditado que dedicou mestre-escola do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em notestade internacional integrante de delegações e conferências internacionais, sua única e verdadeira especialidade. Ao que se sabe, passou o notável estrategista a idéia-fixa dos planos. Retirado misteriosamente de seus afazeres didáticos, surtiu na administração civil como planejador de um programa experimental de distribuição de leite em pó às populações pobres do Estado de Pernambuco. Por feliz coincidência, o plano salvador, executado às vésperas da eleição de 1954 trouxe como única e imprevisível consequência a eleição de candidatos a cargos eletivos de alguns de seus amigos, comanditários e protetores. Muito bom resultado, para tão pouco plano... Praze-se em parte a intromissão dos conhecidos atravessadores pre-eleitorais, tratou o programador emérito de deslocar-se da órbita do Ministério da Saúde, onde pontificou com seus planos, para a do Ministério da Educação e Cultura, árvore que prometia mais frutos, pois por medida de precaução, resolveram as autoridades da República precaver-se contra o desvio de novas partidas de leite em pó em que tantos se cevaram antes. A vocação de nutrólogo de Sua Excelência, arrastou-o ao novo órão então criado, a Campanha de Merenda Escolar, instituída em 31 de março de 1954.

Lá recomeçou a planejar. Mais cuidadosamente, é verdade, pois desta vez previu resultados proveitosos. Não teve sócios, na empreitada, e o resultado da imprevidência dos incautos levou-o à Secretaria-Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento, tendo como lastro os fabulosos planos de erradicar a desnutrição no setor escolar, apesar de lá exercer um cargo decorativo, porém pomposo, como é de seu gosto, de Assessor Técnico. Promovido de Técnico a Secretário-Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento não abandonou a idéia-fixa dos planos que o atormentam ainda hoje.

Descobre-se, então, nova faceta da colorida personalidade do eminente professor e técnico, a megalomania administrativa, atualmente denominada pelo Presidente da República de "gigantismo". E os planos desse gigantismo o levaram a desmedida melancólica com um "chega de planos", dado pelo então Presidente Kubitschek na presença de dezenas de estranhos e autoridades que cumprimentavam sua excelência depois de uma solenidade de recebimento de credenciais de um embaixador acreditado em nosso país. A população debatia-se em crise de abastecimento de feijão. A greve do leite e de ou-